

Há 25 anos

que conquistámos e exercemos o direito
de eleger directamente
as Câmaras Municipais
(presidente e vereadores).

Agora,

o governo e o PS
querem acabar com este direito,
ficando o presidente
e todos os vereadores
do mesmo partido.



CÂMARA MUNICIPAL



ASSEMBLEIA MUNICIPAL



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

Não consinta este retrocesso!

Menos democracia

Menos transparência

Menos respeito

pela vontade das populações

Não permita que transformem a sua autarquia numa coutada de um único partido !

PS e Governo, com o apoio do PSD, querem acabar com a eleição directa e proporcional das Câmaras Municipais. O Presidente da Câmara passaria a ser o primeiro candidato da lista mais votada para a assembleia municipal ficando com o poder absoluto, e na prática sem controlo, de escolher todos os outros que comporiam a Câmara Municipal. Seria assim extinta a representação pluralista nas vereações hoje existente dando lugar a executivos monocores, constituídos e dirigidos por um só partido.

Diga NÃO às tentações pelo poder absoluto !

Se há questão onde as opiniões se aproximam da unanimidade é a que atribui ao poder local níveis de realização e eficácia invejáveis na resolução de problemas das populações, no progresso dos concelhos e freguesias, na elevação da qualidade e vida. É assim há mais de 25 anos. O actual sistema eleitoral para as autarquias tem permitido não apenas a estabilidade dos órgãos autárquicos como elevados graus de realização.

Se o poder local, e o sistema eleitoral que o faz funcionar, é no essencial um sistema com provas dadas porquê esta obsessão em o alterar ?

Não há outra resposta!

As razões que levam o PS e o PSD a quererem substituir um sistema com provas dadas são ditadas mais por uma visão de exercício de poder absoluto e sem controlo do que por razões de interesse do poder local e das populações.

O direito de escolher quem quer que o represente na sua Câmara Municipal, é um direito seu.

Não deixe que lho roubem !

Afinal aqueles que nos encham os ouvidos com a conversa da proximidade entre eleitos e eleitores são os que à primeira oportunidade lhe querem retirar o direito de eleger o principal órgão do seu município, a Câmara Municipal. Que proximidade e identificação passariam a ter todos aqueles eleitores que não votando no partido vencedor só veriam representados na Câmara vereadores da força maioritária ?

Atenção!

Querem acabar com a eleição directa das Câmaras Municipais. Aquilo que até hoje foi um direito seu, o de com o seu voto eleger quem melhor o representa para estar à frente da administração da sua autarquia, passaria agora a ser poder exclusivo da vontade de uma única pessoa.

A quem serve a ausência de fiscalização e controlo ? Afinal o que há a esconder ?

A presença de eleitos de outras forças políticas na Câmara é uma garantia mínima de legalidade democrática, de conhecimento e verificação dos processos e actos de gestão indispensáveis a uma efectiva fiscalização da actividade da autarquia. Já pensou que a constituição de vereações com eleitos de um único partido se traduz num empobrecimento dos mecanismos de fiscalização e um golpe irreparável nas possibilidades de controlo democrático ?

Diga não a um poder sem controlo, absoluto e de mãos livres.

Não vá na conversa deles...

■ Em 90% das Câmaras Municipais (277 concelhos) já há hoje, em resultado do voto popular, situações de maioria absoluta de um partido. As situações de maioria relativa são apenas 10% (30 concelhos). Está pois à vista que não é por causa de 10% das Câmaras que o PS e PSD querem destruir um sistema eleitoral que tem provado ser o mais democrático.

■ Nestes últimos 25 anos, em 2135 vereações constituídas, apenas por 19 vezes (menos de 1%) houve necessidade de recorrer a eleições intercalares. O que mostra ser completamente falsa a tese de uma alegada instabilidade dos órgãos autárquicos a que seria necessário pôr termo com a nova lei.